

A religiosidade do povo que aqui se instalava gerou nomes como os registrados no *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco: Ilhas da Ascensão¹ e de Santa Clara; aguada de São Miguel; rio de São Francisco; angra de Todos os Santos; angra de São Roque; ilhas de São Lourenço² e de Santo Amaro; cabo de Santo Agostinho; rio de Santa Luzia; ilhas de Santa Bárbara e de Santa Maria da Arrábida. O *mapa* de Nicolau Canério fixa os limites do Brasil, no extremo norte, no cabo de São Roque e, no extremo meridional, no rio de Cananor ou Cananea, relacionando, ainda, os seguintes hierotopônimos: monte de São Vicente; cabo e serra de Santa Cruz; serra de Santa Maria de Gracia (atual serra de Nossa Senhora da Graça); rio de São Jerônimo; rio de São Tiago; rio de Santa Helena; rio de São João; serra de São Tomé; pináculo da Tentação; rio Jordão; rio de Santo Antonio; portos de São Sebastião e de São Vicente.

Um pouco mais tarde, a 3 de dezembro de 1530, partia de Lisboa com destino ao Brasil a expedição de Martim Afonso de Sousa, da qual fazia parte seu irmão, Pero Lopes de Sousa, a quem estava confiado o comando de duas naus, às quais, posteriormente, foi acrescida mais uma, capturada aos franceses, e então batizada "Nossa Senhora das Candeias".

Comentando esta missão lusitana em terras brasileiras, afirma Teixeira da Mota que "o documento mais importante" a seu respeito é "o chamado *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa*, da autoria do irmão e principal colaborador do capitão-mor".³ Deixada, porém, de lado, qualquer análise sobre o documento, para nos fixarmos apenas na problemática que nos interessa, verifica-se, de sua leitura, a continuidade de uma toponímia bastante rica em motivações hiero e hagiotoponímicas. Muitos dos acidentes referidos por Pero Lopes já estavam reconhecidos e nomeados pelas expedições anteriores, como o "rio de Sam Francisco", a "baía de Todolos Santos", o "rio de Sam Vicente" etc.. Mas há os que foram por ele avistados pela primeira vez e batizados dentro dessa índole genérica do pensamento português:

¹ THEVET, Fr. André. *Singularidades da França Antártica*. S. Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1944, p. 136: "Prosseguindo viagem, avistou-se a vinte de outubro, uma ilha deshabitada, que estava a oito graus da linha equinocial. À primeira vista, quiseram dar-lhe o nome de Ilha dos Pássaros, em virtude da enormidade de aves que lá existem; consultando-se, todavia, as cartas marítimas verificou-se que o ilheu tinha sido descoberto pelos portugueses e chamou-se *Ascensão* (por ter sido nesse dia encontrada)".

² Esta ilha de S. Lourenço pode ser um dos vários nomes atribuídos à ilha de Fernando de Noronha, entre outros, ilhas da Quaresma, de São João ou dos Ratos, "pela abundância destes animais" no local. (Cf. THEVET, Fr. A. *Ibidem*. Nota explicat. de Estêvão Pinto, p. 293).

³ *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*. Pref. do Comand. A. Teixeira da Mota. Leitura do Dr. Jorge Morais Barbosa, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLXVIII, p. 15.

“Sabado, 23 dias do mes de novembro de 1531 (...) Passando avante da ilha, descobri um alto monte ao qual pus o nome “monte de Sam Pedro”;⁴

“Quarta-feira, 27 de novembro (...) E à postura do sol, fui surgir a ãa ilha grande, redonda, toda cheia de arboredo, à qual pus o nome de “Santa Ana”;⁵

“(…) Desta ilha de Santa Ana às sete ilhas há quatro léguas e correm-se com elas leste-oeste e a terra há duas léguas a estas duas ilhas, a que pus o nome de “Sant André” *por ser hoje o seu dia*”⁶ (grifo nosso);

“Quinta-feira, 19 de dezembro, pela manhã, me fiz á vela e, como descobri o cabo de “Sam Martinho” ;⁷

“Sabado, 21 de dezembro, como foi manhã, acalmou o vento e sai ao rio, a que pus o nome de “Sam João”;⁸

“Terça-feira pela manhã (22 de janeiro). Aqui neste porto de Sam Vicente, varamos ãa nao em terra. A todos nos pareceo tam bem esta terra, que o Capitão I. (leia-se: Irmão) determinou de a povoar e deu a todos homens terras para fazerem fazendas e fez ãa vila na ilha de Sam Vicente e outra nove leguas dentro polo sertão, à bordo de um rio que se chama Piratininga”.⁹

Note-se que esta referência ao Planalto piratiningano e ao “núcleo de povoamento” aí deixado, chamou a atenção do prefaciador da obra, por fugir, um pouco, ao conteúdo geral do documento, carregado de informações relativas à navegação propriamente dita, bem como à temática religiosa ora enfocada. Todavia, a citação se faz adequada, acredita-se, pela relevância do assunto, que diz muito de perto às nossas coisas e circunstâncias históricas:

⁴ *Diário de Navegação*, p. 75.

⁵ *Ibidem*, p. 81.

⁶ *Ibidem*, p. 82.

⁷ *Ibidem*, p. 89.

⁸ *Ibidem*, p. 89.

⁹ *Ibidem*, p. 101.

“De regresso para o norte, deteve-se a armada varios meses em S. Vicente, desde 22 de janeiro de 1532, verificando-se então a dupla fundação de S. Vicente e Piratininga, actos de singular visão política e estratégica (...). S. Vicente, na concepção de Martim Afonso de Sousa, seria o porto de mar que serviria e defenderia a vila do planalto à beira do Tietê e os portugueses, por este rio, poderiam penetrar no Paraná e noutros rios que nele confluíam e assim demandar as terras do ouro e da prata”.¹⁰

Por outro lado, a conclusão de Teixeira da Mota aborda o âmago do próprio discurso narrativo:

“É significativo que à dupla fundação tenha Pero Lopes de Sousa consagrado algumas das raras linhas em que não se ocupa de acontecimentos náuticos”.¹¹

O local da fundação do núcleo, sertão a dentro, ganha interesse porque explicita a existência do rio de Piratininga que, pela localização controvertida, gerou dúvidas em comentadores modernos:

“Sobre a existência do rio Piratininga ouve várias discussões. Azevedo Marques julga ser o Ipiranga ou o dos Meninos, *se realmente existiu tal rio*. Há quem julgue ribeiro a parte e com razão. Padre Luiz da Grã, pedindo transferência de sesmaria para Geribatiba, alega que a doação de Martim Afonso de Sousa “duas léguas de terra ao longo do Rio Piratininga”, prejudicava à nova Vila que se fez” (1560). Frei Gaspar da Madre de Deus fala do Rio Grande, antigo Anhembi, hoje Tietê, onde faz confluência um ribeiro a que os índios chamavam Piratininga, parecendo referir-se ao Tamanduaté. Até aquela confluência era aldeia e, depois dela, dizia-se “alem Piratininga”. Há quem afirme o rio Piratininga canalizado, abaixo do Convento da Luz”¹² (grifo nosso).

É certo, porém, que a nomeação portuguesa de lugares, face, como se viu, à uma nomenclatura preexistente, configura, em muitos casos, o que se conveniou chamar de “superposição toponímica”. O *Vocabulário na língua brasí-*

¹⁰ *Ibidem*, p. 12.

¹¹ *Ibidem*, p. 13.

¹² CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira. “Tibiriçá. Sua época e os primeiros povoadores de São Paulo”. *Separata* da Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo, 1962, V. CLXVI, p. 16.

lica¹³, obra de autor anônimo seiscentista e um dos mais valiosos documentos para o estudo do Tupi Antigo, registra exemplos que se incluem nesta problemática: “Ilha da Cananea – *Itacoatiara*”; “Ilha de San Sebastião – *Majepim*”; “Ilha de Sta. Ana – *Japuguaçuqueçaba*”; “Ilha dos Frades – Guenü”; “Rio de S. Francisco da banda do norte – *Pará*”; “Rio de S. Francisco da banda do sul – *Çuparagui*”. Mesmo topônimos que revelam outra natureza que não a religiosa também acusam o fato: “Rio da prata – *Iggoaçu*”; “Rio dos Patos no Caryôs – *Jurûmiri*”; “Rio Doce, iunto da Capta. do Spirito Sto – *Iggoaçu*”; “Rio das Carauellas iunto do Porto Seguro – *Goaratiba*”; “Rio de Janeiro – *Nheteroya*”; “Rio Grande de Porto Seguro – *Jequftenhea*”; “Rio das Contas – *Joecêa*”; “Rio Real – *Piaguig*”; “Ilha dos Alcatrazes – *Tigrigimim*”; “Ilha dos porcos – *Amocogoba*”; “Ilha das couves – *Tapepigtaga*”; “Ilha da uictoria – *Nhauüma*”; “Ilha do gato – *Igbigcu*”; “Ilhas de Maricaba – *Jeruticaratiba*”; “Ilhas ou ilhais dos bois – *Igquepuba*”; “Ilheos, a Capitania – *Nhoecêbê*”; “Serra de mestraluo na Capta. do Spirito Sancto – *Jacut*”.¹⁴

Levy Cardoso, tratando do problema da superposição toponímica ou lingüística, como ele a chama, aponta as sucessivas denominações atribuídas ao imenso caudal que é o rio Amazonas, segundo ele “um dos acidentes geográficos de mais difícil estudo, não só porque corta, no sentido dos meridianos, todo o imenso território da Amazônia, fator que sempre se opôs à sua posse, em toda a sua extensão, por uma só família lingüística, como ainda porque a sua própria largura o tomava muitas vezes a divisória natural entre várias dessas famílias”. Assim, partindo do presente para o passado, “ele é, em nossos dias, o Amazonas, denominação derivada da lenda criada por Francisco Orellana, que foi adotada pelos colonizadores portugueses, e também por seus descendentes brasileiros. Foi, anteriormente, o Santa Maria de Mar Dulce, de Pinzon (...). Foi, ainda, o Marañon, de d’Anghiera e o Parauaçú dos tupis (...). Foi, ainda, em época anterior, o Guêni dos aruacos, simples corruptela de seu primitivo étimo, o Uêni”.¹⁵

Em relação ao rio Negro, da bacia amazônica, Levy Cardoso, resumindo as constatações de Guilherme Studart, Cristobal de Acuña e do Padre João Felipe

¹³ DRUMOND, Carlos (rev.). *Vocabulário na língua brasílica*. 2. ed. rev. e confr. com o ms. fig. 3144 da Biblioteca Nac. de Lisboa. In: *Etnografia e Tupi-Guarani*. S. Paulo, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Bol. 173 (23), 1952 e 164 (26), 1953.

¹⁴ A respeito da identificação deste último acidente, cf. SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. São Paulo, Minist. da Educação e Cultura, Departamento de Assistência Cultural, 1974, p. 38: “Capítulo XLI” Em que se declara a costa do rio Doce até a do Espírito Santo – “(...) do rio das Barreiras à ponta do Tubarão são quatro léguas, sobre o qual está a serra do Mestre Álvaro” (grifo nosso).

¹⁵ LEVY CARDOSO, Armando. *Toponímia brasílica*. R. de Janeiro, Biblioteca do Exército Edit., 1961, pp. 132-133.

Bettendorf, esclarece que a atual denominação, imposta por Orellana, encerra o mesmo motivo fundamental (coloração das águas) que teria impressionado o indígena ao dar-lhe os topônimos primitivos de *Curiguacuru*, *Curumã* e *Tuna* 16. Em Relação antagônica a este, em termos de motivação, encontra-se o rio Branco, antigo *Queceuene* dos Aruak, ou “rio das águas brancas”. 17 Já o *Caiari*, ou “rio do cedro”, também de origem aruak, recebeu dos portugueses a denominação de rio da Madeira ou rio Madeira:

“Quarenta e quatro léguas abaixo da foz do rio Negro e na longitude austral de 22 graus e 23 minutos desemboca o caudaloso rio da Madeira, assim chamado da imensidade de cedros corpolentos que a correnteza arrasta das suas margens; à princípio tinha o nome de *Cayari* e toma o que atualmente conserva, na confluência do Guaporé com o Mamoré, na latitude de 10 graus e 22 minutos”. 18

Mais recentemente, o rio *Pogubo Xereu* ou *xoreu*, “rio da água escura”, dos Bororo da região centro-oeste, foi identificado pelo nome de rio São Lourenço, afluente da margem esquerda do rio Paraguai; o *Poekureu*, ou “córrego amarelo”, afluente da margem esquerda do rio das Mortes, foi batizado pelos salesianos de rio São Marcos; o *Tugorijao*, “localidade ou rio da árvore *tugóri*”, é o mesmo rio Diamantino; o *Tôri Kurireu*, “morro grande”, morro situado a 50 km a oeste do Meruri, também conhecido por morro do Paredão Grande ou morro do Paredão; *Amigeiao*, “córrego do peixe-cachorro”, córrego afluente da margem esquerda do curso médio do rio *Jakoreugeião* (rio das Garças), também conhecido por córrego da Aldeia; *Bakuguma Baradu*, “ribeirão do ninho do gavião *bakuguma*”, afluente do rio *Pobo Kurireu* (rio das Mortes), identificado como rio São Luiz dos Missionários etc. 19

Ora, assim como a primitiva toponímia lusitana aqui implantada deixou antever, em sua tipologia fundamental, a mentalidade portuguesa de Quinhentos, voltada, ainda, para a exaltação dos bens espirituais e para o desejo de propagar o santo nome de Cristo e seus ensinamentos, entre os povos pagãos, bem como os princípios dominantes do Catolicismo, enquanto sistema de vida, outra era

16 Idem, *Ibidem*, pp. 143-143.

17 Idem, *Ibidem*, p. 146.

18 CERQUEIRA E SILVA, Inacio Acioli. *Corografia Paraense*, p. 45. In: LEVY CARDOSO, *Ibidem*, p. 135.

19 DRUMOND, Carlos. *Contribuição do Bororo à toponímia brasileira*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1965.

a intencionalidade expressa nos topônimos indígenas. Voltados para a circunstância imediata da terra, ou do seu próprio meio ambiente, refletiam o posicionamento do homem americano frente à sua visão de mundo. Sapir deixou, como lição, o fato de que o traço ambiental, na medida em que o grupo humano tem por ele um interesse altamente positivo, aparecerá como elemento integrante do seu léxico e, provavelmente, de sua toponímia, traduzindo, dessa forma, objetivamente, e em contornos nítidos, a verdadeira apreensão da realidade, segundo a maneira pela qual dela se utiliza.

No *Vocabulário na língua brasileira*, estão registradas essas primeiras impressões dos habitantes brasis, que se reproduziram, muitas delas, em designativos geográficos, conservados, ainda hoje, como reflexos da memória do povo:

“Barreiras que ha comumente ao longo do mar em terra alta – *Guarapiranga*” (Guarapiranga – AH SP);²⁰

“Lama – *Igbiguūma. Tijuca*” (Tijucas – AH PI SC; Tijucas do Sul – AH PR; Tijuco – AH BA MG; Tijuco Preto – AH SP PR);

“Monte alto ou outeiro – *Igbitira*” (Ibitira – AH BA);

“Pedra – *Itá*” (Itá – AH MT SC; Ig. AM; r. AP);

“Pedra de agussar – *Itâquig*” (Itaqui – AH RS SC);

“Pedreira – *Itâtigba*” (Itatiba – AH SP);

“Pedregulho – *Itâcurubi*” (Itacurubi – AH BA);

“Rio, gnlr. – *Iggoaçū*” (Iguaçu – AH BA MG PA);

“Rua – *Ocara. Ocapûcû*” (Ocara – AH CE).²¹

Gabriel Soares de Sousa explicita, em seus relatos, a origem dessa toponímia indígena, geralmente descritiva, seja do ponto de vista puro ou meramente associativo:

“a *Itapuã* é uma ponta saída ao mar, com uma pedra no cabo cercada dele, a que o gentio chama deste nome, que quer dizer pedra baixa”;²²

²⁰ Cf. a respeito o *Diário de Navegação* de Pero L. de Sousa, p. 40: “Sexta-feira, três do dito mês (fevereiro), pela manhã, nos achámos ãa légua de terra, a qual se corria nor-noroeste-sul-sueste. Ao longo do mar eram tudo *barreiras vermelhas*”. (grifo nosso).

²¹ O levantamento toponímico foi realizado em VANZOLINI, P.E. e PAPAVERO, N. *Índice dos topônimos contidos na carta do Brasil*. 1; 1.000.000, I.B.G.E., 1968.

²² SOUSA, Gabriel Soares de. *Ibidem*, Cap. XXVII, p. 26 – A respeito de *Itapuã*, THEODORO SAMPAIO (*O Tupi na geografia nacional*. 2. ed. cor. e aum. S. Paulo, O Pensamento, 1914) oferece a seguinte etimologia: “Corr. *itá-poã*, o mesmo que *itá-mbo-ã*, a pedra posta alta, a pedra empinada, o penedo levantado”. Esclareça-se, ainda, na oportunidade que, a respeito da obra de Gabriel Soares, a A. está preparando trabalho mais completo de pesquisa toponímica, razão por que deixa, no momento, de apresentar maiores comentários a respeito de seu conteúdo.

"e quem vem do mar em fora verá por cima deste rio um monte mais alto que os outros, da feição de um ovo, que está afastado da barra algumas seis léguas, pelo qual é a terra bem conhecida. A este monte chamam os índios *Manhana* que quer dizer entre eles *espia*, por se ver de todas as partes de muito longe" ²³ (grifo nosso).

Por outro lado, a *toponímia de origem africana*, apesar de oferecer, extensivamente, um quadro menor que o de procedência autóctone (cerca de quarenta vocábulos, aproximadamente), denota também as influências lingüísticas experimentadas pelo português do Brasil, na fase histórica da colonização.

Dos negros africanos, disse Arthur Ramos que a sua vinda ao Brasil "não foi uma viagem espontânea de exploração e conquista; foi, ao revés, uma migração passiva, uma migração forçada pela captura e escravidão, o maior movimento migratório passivo da história" ²⁴; ao mesmo tempo, apresenta um quadro dos "padrões de culturas negras sobreviventes no Brasil", a saber: a) culturas sudanesas, representadas principalmente pelos povos Yoruba da Nigéria, pelos Daomeianos (grupo Gêge), por outros grupos menores da Gâmbia, da Serra Leoa, da Libéria, da Costa da Malagueta, da Costa do Marfim; b) culturas guineano-sudanesas islamizadas, representadas pelos Fula, Mandiga e Haussá; c) culturas bantus, constituídas pelas inúmeras tribos do grupo Angola-Congolês e do grupo da Contra-Costa. ²⁵

Segundo Renato Mendonça, no Brasil, os Estados de Pernambuco e Bahia foram "os grandes centros de condensação africana", nos dois primeiros séculos do período colonial, ficando reservado ao Rio de Janeiro, "o papel de mais relevo. No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um geito de Loanda. É a maior feira de escravo de todo o Brasil, que exporta para S. Paulo, Minas, Estado do Rio e Goiás" ²⁶. Arthur Ramos, por sua vez, aponta os seguintes Estados como principais "centros de redistribuição": Bahia, com irradiação a Sergipe (trabalho escravo nos campos e plantações de cana de açúcar, fumo, cacau, serviços domésticos urbanos e, depois, na mineração); Rio de Janeiro e São Paulo (trabalho escravo nas fazendas açucareiras e cafeeiras); Pernambuco, Alagoas e Paraíba (trabalho escravo nas plantações de cana e algodão); Maranhão, com irradiação ao Pará (trabalho escravo na cultura

²³ SOUSA, Gabriel Soares de. *Ibidem*, Cap. XXI, p. 22.

²⁴ *Introdução à antropologia brasileira*. R. de Janeiro, Coleção Estudos Brasileiros, 1943, p. 293.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 327.

²⁶ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro, Graf. Sauer, 1933, p. 33.

do algodão); Minas Gerais, com irradiação para Mato Grosso e Goiás (trabalho escravo na mineração). 27

Levando-se em conta os focos de irradiação mencionados, seria de se esperar que em torno deles gravitasse a maior densidade toponímica dessa origem. E, efetivamente, a Bahia registra um número considerável de topônimos africanos, em contraste a outras áreas, assim como o Nordeste, de um modo geral. Salienta-se, como exemplo, duas tipologias onomásticas que se difundem pelos Estados nordestinos, refletindo, no seu emprego, uma significativa carga ambiental, desde que, dificilmente, ocorrem em outros locais. São elas a *cacimba* (“do quimbundo *kixima*, poço – poço artificial ou escavação para atingir os lençóis d’água subterrâneos” 28, que conforma topônimos como Cacimba (AH, BA, PE); Cacimbas (BA, PB, PI, AL, CE); Cacimbinhas (AL); Cacimba de Areia (PB); Cacimba de Baixo (BA); Cacimba de Cima (PE); Cacimba de Pedra (PB); e *mulungu* (“árvore leguminosa”; “parece ser o mesmo termo que *mulungo*, nome de uma árvore africana” 29, o que aparece, como topônimo, nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

Já os *nomes de procedência estrangeira* na toponímia brasileira precisam ser, por sua vez, distinguidos em duas camadas: a dos portugueses e a dos estrangeiros propriamente ditos.

Para se entender a inclusão dos topônimos portugueses nesta categoria, deve-se ter em mente o que se entende por “topônimo transplantado”. Este é o designativo geográfico que existe como tal em um determinado espaço e que passa a integrar a nomenclatura de outra região qualquer, trazido pelo próprio povo que emigrou, ou influenciado por um mero mimetismo. Nessa noção está implícito o sentido de “deslocamento” ou “mudança”.

A toponímia portuguesa que para aqui se transportou envolve certas características históricas peculiares. Primeiro, porque se concentrou, com maior nitidez e presença, na região norte do país e, depois, porque veio em substituição à uma nomenclatura indígena já estabelecida. Levy Cardoso considera esses nomes transplantados como legítimas segundas vias de topônimos portugueses, a saber: Bragança, Santarém, Alenquer, Alcobaça, Vizeu, Faro, Tomar, Castro d’Avelãs, Val de Cães, etc. 30

Mostra o autor como os primitivos nomes autóctones foram, a princípio, lenta e paulatinamente, alterados em sua estrutura por uma “denominação com-

27 *Ibidem*, p. 324.

28 MENDONÇA, R. *Ibidem*, p. 91.

29 *Idem*, *Ibidem*, p. 120.

30 *Ibidem*, p. 279

posta, em que o topônimo brasílico era anteposto, na generalidade, por um nome do hagiológico português, como, por exemplo, Santo Antonio de Surubiu, S. Francisco de Gurupatuba, Sto. Elias do Jaú, Sto. Angelo do Cumaru, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, Santa Rosa de Bararóá, São Paulo de Cambebas, Nossa nhora do Loreto de Maçarabi, S. José de Macapá, Sta. Rita de Cássia de Itarandéua, Santana de Saracá, Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá, além de uma série de outras designações, prevalecendo, mais tarde, quase que exclusivamente as denominações lusitanas".³¹

Veja-se que, nestes casos de hibridismo português + indígena, não havia a intenção flagrante de apagar a cultura nativa, e, sim, de acrescentar um dado novo, visivelmente voltado à catequese. Os missionários, nesse primeiro momento, ainda não cogitavam em suprimir, de modo total e irrefutável, traços culturais inerentes ao povo, como uma totalidade, desde que a transmissão dos fatos era feita, de início, através da própria língua brasílica. Partindo-se da situação concreta do processo aculturativo instalado no país, durante a fase colonial, e aceitando-se, como pressuposto, o princípio americano da *cross-fertilization of cultures*, teria ocorrido, no Brasil, relativamente aos principais sistemas lingüísticos contactados, uma resultante de forças ou de influências, até certo ponto recíprocas, ou uma verdadeira "diferenciação rica de inovações e mudanças". O exame diacrônico dos diversos vocabulários tupis revela dois aspectos diferentes no fenômeno lingüístico de aculturação. Num primeiro momento, registrado no *Vocabulário na língua brasílica* (VLB), a introdução de elementos culturais europeus realizou-se, como se afirmou, através dos próprios significantes indígenas, semanticamente diversificados. Aos primitivos termos, adicionaram-se acepções novas, ou diferentes substâncias de conteúdo, que atendessem mais de perto aos fatos culturais em aquisição. Citem-se, como exemplo, estas incorporações ideológicas:

| | |
|-----------------|---|
| Anjo | — <i>Apiãbebe</i> (VLB) — homem voador (trad. lit.) |
| Batizar | — <i>Aimoiaçuc</i> (VLB) — lavar, passar água (trad. lit.) |
| Confessar-se | — <i>Aimõbeû</i> (VLB) — dizer (trad. lit.) |
| Diabo | — <i>Anhanga</i> (VLB) — gênio mau das matas (trad. lit.) |
| Pecado | — <i>Angaipaba</i> (VLB) — mau, má, ruindade (trad. lit.) |
| Pecado original | — <i>Ekõ-angaipab</i> (VLB) — — — — — |
| Ferro | — <i>Itã</i> (VLB) — pedra (sentido incorporado ao da pedra, material mais duro conhecido pelo índio, que ainda não atingira a idade dos metais.) Tal incorporação originou uma série de compostos, traduzidos nos seguintes exemplos: |

³¹ *Ibidem*, pp. 281-282.

| | |
|---------|------------------------------------|
| Aço | — <i>Itá-eté</i> — ferro excelente |
| Chumbo | — <i>Itá-membeka</i> — metal mole |
| Estanho | — <i>Itá-jyka</i> — metal flexível |

Mesmo na primeira fase dos contatos, registra-se a presença de diversas morfologias portuguesas que dificilmente encontrariam correspondentes lexicais no Tupi, tais sejam os dias da semana, os meses do ano, as divindades ou conceitos cristãos como Santa Cruz, Espírito Santo, Ave-Maria, Páscoa, Santíssima Trindade, Santíssimo Sacramento, Amém, Jesus, ladainhas etc..

Em etapa posterior, quando o processo aculturativo estava bastante avançado, a adaptação de significantes indígenas aos significados portugueses cedem lugar aos “lusismos” propriamente ditos (significante e significado portugueses), respeitadas apenas as características fonológicas de realização. De um modo geral, os *Dicionários* brasileiros registram essas ocorrências típicas do português, bem próximas daquelas que estruturam o *nheengatu*:

| | |
|----------|------------|
| Arfabaca | = alfavaca |
| Camixá | = camisa |
| Janera | = janela |
| Libru | = livro |
| Manteca | = manteiga |
| Navaia | = navalha |
| Panera | = panela |
| Sabaru | = sábado, |

por exemplo.

Todavia, a constatação da Metrópole da persistência dos dialetos indígenas entre as populações mamelucas, com riscos à própria sobrevivência do português, como língua padrão da colônia, e as querelas com os inacianos, de que resultou a sua expulsão do território, levaram à uma providência imediata: o representante do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, seu irmão, subindo o rio das Amazonas, em 1758, foi, “por todas as cidades que ia percorrendo, substituindo os nomes indígenas pelos portugueses”³². Não se respeitaram, assim, os “velhos e encantadores topônimos brasílicos, ajustados, quase sempre, a um imperativo da terra ou da gente”, trocados, que foram por “velhos nomes portugueses”, evocadores de uma cultura estranha e distante do meio cultural vivenciado então pelos selvícolas e mestiços.

A natureza desses designativos mostra a panorâmica que se pretendia criar, artificialmente, no norte do país, a exemplo:

| | |
|----------------|------------|
| <i>Tapajós</i> | — Santarém |
| <i>Pauxis</i> | — Óbidos |
| <i>Surubiu</i> | — Alenquer |

| | |
|--------------------------|---|
| <i>Maturu</i> | – Porto de Moz |
| <i>Gurupatuba</i> | – Monte-Alegre |
| <i>Aruã</i> | – Chaves |
| <i>Mariuí</i> | – Barcelos |
| <i>Jamundá</i> | – Faro |
| <i>Dari</i> | – Lamalonga |
| <i>Caboquena</i> | – Moreira |
| <i>Saracá</i> | – Silves |
| <i>Manao</i> | – Lugar da Barra (tornado, depois, Manus) |
| <i>Omdgua ou Cambeba</i> | – São Paulo de Olivença. ³³ |

Essa situação foi diferente daquela criada pelos deslocamentos toponímicos em conjunto com o povo que muda espacialmente. Nesse caso, está a animá-lo a saudade de sua terra natal. Muito embora Levy Cardoso pretenda ver na colocação dos topônimos portugueses um evocativo desse sentimento, acredita-se que, na hipótese, ele está um pouco desnaturado, desde que houve imposição oficial para a mudança. É o que o autor pretende dizer quando afirma que Mendonça Furtado “foi, por todas as cidades que ía percorrendo, substituindo os nomes indígenas pelos nomes portugueses que a velha saudade lusitana ia sugerindo”.³⁴

No mesmo sentido manifestou-se Antenor Nascentes, em seu estudo “A saudade portuguesa na toponímia brasileira”³⁵, em que, apesar de reconhecer a existência dessa transplantação oficial, nivela nomes que poderiam ter surgido, no Brasil, espontaneamente, “graças ao concurso dos povoadores anônimos, saudosos da pátria distante”, com aqueles decorrentes da determinação régia. Em abono dessa afirmativa, veja-se a sua explicação a respeito da origem do topônimo Valença, no Rio de Janeiro:

“Em princípios do século XIX, o vigário de Sacra Família do Tinguá, Manoel Gomes Leal, mandou erigir, sob a invocação de N.S. da Glória, uma capela num antigo aldeamento de índios, fundada por José Rodrigues da

³² LEVY CARDOSO. *Ibidem*, p. 282.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 301. O nome *Omdgua* significa, em “quêchua, “cabeça chata”, pelo costume característico da tribo de comprimirem, desde os primeiros dias, a cabeça das crianças entre duas tábuas, colocadas, uma no frontal, e a outra no occipital (...). O nome *Cambeba*, pelo qual se tornaram conhecidos na etnologia brasileira, originário do tupi, exprime o mesmo significado que no quêchua, o *omdgua* “cabeça chata”.”

³⁴ *Ibidem*, p. 283.

³⁵ “Letras”. *Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*, 1960, nº 11, pp. 104-107.

Cruz e outros, entre a serra das Cruzes e a da Taquara. O aldeamento, vila em 1819, cidade em 1857, tomou então o nome de Valença em homenagem a D. Fernando José de Portugal, marquês de Aguiar, descendente dos nobres de Valença".³⁶

Um pouco diferente é a natureza do aparecimento destes outros topônimos, por ele mesmo arrolados:

"Minas Gerais possui *Cedofeita*, que lembra a igreja do Porto, construída às pressas pelo rei Teodemiro dos Suevos, para receber as relíquias de S. Martinho, *Ericeira*, que evoca a praia donde partiu para o exílio o rei D. Manoel II; (...); *Queluz* (hoje Lafayette), lembrando o palácio real das cercanias de Lisboa; *Matozinhos*, que possui um santuário que é uma réplica do que existe no Porto".³⁷

Florival Serraine³⁸ também estudou os topônimos portugueses no Ceará, procurando explicar as origens da transplantação: Almofala, antiga aldeia de índios Tremembé, inicialmente denominada Missão de Aracati-Mirim, depois N.S. da Conceição dos Tremembé e, em 1766, N.S. da Conceição de Almofala; Arneirós, antigo aldeamento dos índios Jucá em 1727; Crato, antes Miranda, Missão do Miranda ou dos Cariris Novos; Messejana, "antiga sede da missão de índios da Paupina, fundada pelos jesuítas, onde primeiro se aldearam os Potiguara"; Sobral, antiga povoação de Caiçara, depois Vila Distinta e Real de Sobral; Viçosa, antigo aldeamento dos índios Camocim, Anace e Arariu, da tribo Tabajara, recebeu a denominação de Vila Viçosa Real d'América, antes conhecida também como aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Ibiapaba ou Aldeia da Serra de Ibiapaba. Outros topônimos transplantados não subsistiram muito tempo, tendo sido alterados para nomes indígenas: Arronches, então Vila-Nova de Arronches, depois *Parangaba*; Campo-Maio, hoje *Quixeramobim*, nome de provável origem Kariri; Montemor-o-Novo, antes Montemor-o-Novo-d'América, hoje *Baturité*; Montemor-o-Velho, antiga missão dos Paiacu, depois Guarani e atualmente *Pacajus*³⁹; Soure, hoje *Caucaia*, antigo aldeamento dos índios potiguares; foi inicial-

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 106.

³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 106.

³⁸ "Topônimos de Portugal no Ceará". In: "Letras". *Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*. Curitiba, 1960, nº 11, pp. 36/58.

³⁹ Esclareça-se que esta forma de nomeação apositiva é bem típica de Portugal, dificilmente aparecendo no Brasil, em qualquer acidente geográfico. Montemor-o-Novo, segundo Serraine, é vila muito antiga de Portugal, fundada por D. Sancho I, em 1201, no distrito de Évora, e Montemor-o-Velho está situada no distrito de Coimbra.

mente Vila Nova de Soure, sendo este topônimo muito antigo em Portugal, já citado, segundo Serraine, na *Crônica dos Feitos de Guiné*, de Gil Eanes de Zurara; Vila Nova d'El Rei, antes Ipu Grande, hoje Ipu.

Esta oposição ao que vinha sendo a técnica normativa da política toponímica foi sentida igualmente por Levy Cardoso, na Amazônia, quando mostra que acidentes batizados originalmente com nomes portugueses receberam denominações brasílicas em substituição àqueles: Eça, hoje *Tefé*; Vila Bela da Imperatriz, hoje *Parintins*; Luzea, atualmente *Maués*; Vila Nova d'El Rey, atual *Curuçá* 40.

Seria útil transcrever aqui as conclusões de Serraine a respeito desse deslocamento toponomástico, nem sempre espontâneo, natural e sensível às recordações do povo que, em terras brasílicas, veio construir uma nova comunidade:

“Seja como for, o certo é que algumas dessas designações geográficas de Portugal implantaram-se definitivamente, ao passo que outras acabaram por ceder lugar às que já se achavam fixadas na mente do povo, e não houve meio de trocar pelas adotadas oficialmente, achando conveniente, em certa época, por essa razão, a Assembléia Legislativa do Ceará ordenar que se voltasse às denominações indígenas nesses casos de resistências às substituições lusas. Aí estão Sobral e Crato, as duas mais importantes cidades do Estado, depois da Capital, além de outras de certa importância como Granja e Viçosa, a assinalar um “acidente histórico” na formação da toponímia regional, para aproveitar aqui uma expressão que os antropólogos empregam a fim de designar mudanças bruscas, imprevisíveis, surgidas do exterior no domínio cultural”. 41

Ainda no período colonial, cite-se a tentativa de se criar, no Brasil, uma Nova Lusitânia, nome que aparece na *Prosopopea* de Bento Teixeira, restrito, porém, à Capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho Pereira, não se estendendo à toda a área do território, como aconteceu com o México, então Nova Espanha, com o Canadá, ou Nova-França e com a Austrália, antes Nova-Holanda. 42

Também os franceses, nessa mesma época colonial, por volta de 1555, aqui estiveram com suas naus comandadas pelo Almirante Villegagnon, que aportou na baía do Rio de Janeiro em novembro desse ano, conforme relata Frei André Thevet, integrante da expedição, em sua *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam América*, já mencionada neste artigo. O subtítulo, colocado apositivamente, sugere, à primeira vista, a intenção dos franceses de constituir,

40 LEVY CARDOSO, *Ibidem*, p. 306.

41 SERRAINE, *Ibidem*, p. 57.

42 NASCENTE, *Ibidem*, p. 102.

aqui, deste lado do continente americano, uma Nova-França, por isso mesmo "Antártica":

"Pelo meado do século XVI, a Província do Rio de Janeiro teve por algum tempo o nome de França Antártica, e este título, que lembrava homens perseguidos em sua pátria, foi, segundo dizem, imposto por Ville-gagnon, que devia em breve trai-los"; (...), "mas já é pátria adotiva de grande número de franceses". 43

"O Conselho da República acabara de receber da América uma carta de Durand de Villégagnon, cavaleiro de Malta, vice-almirante de Bretanha e fundador de uma colônia francesa na enseada em que se construiria mais tarde o Rio de Janeiro. Depois de ter enchido a Europa e a África com o ruído de seus feitos e de sua exaustiva atividade, valente soldado, hábil marinheiro, engenheiro e diplomata, de acordo com as circunstâncias, tinha esse estranho personagem imaginado a fundação de uma *França americana*, a fim de chamar, como que para um asilo, os seus compatriotas que desejassem gozar da liberdade de consciência, permanecendo, entretanto, fiéis à metrópole" 44 (grifo nosso).

Tratando do mesmo assunto, Milliet de Saint-Adolphe diz que:

"os primeiros europeus que se estabelecerão na bahia de Nitherôhi forão os Franceses, no decurso do ano de 1555. A corte de Portugal, sabendo da ocupação d'uma terra que lhe pertencia, bem que até então não se tivesse ocupado muito de a povoar, mandou a Mendo de Sá (...) um certo reforço de gente, com ordem de desalojar d'ali aqueles estrangeiros. Havia já bastante tempo que o chefe da colonia franceza, o cavalheiro de Ville-gagnon, havia partido para a França para se prover de viveres, munições e mais colonos (...). Os Francezes, que haviam sido vencidos em Fevereiro de 1560, se retirarão para o continente e se juntarão aos Tamoyos seus aliados, e tendo-se feito à vela a armada portugueza, voltarão para a ilha, levantarão as fortificações derrubadas e casando com as mulheres Indias se mesclarão com Tamoyos". 45

43 DENIS, Ferdinand. *Brasil*. B. Horizonte—S. Paulo, Livraria Itatiaia/Edusp, 1980, p. 99.

44 LERY, Jean de. "Notícia biográfica" (P. Gaffarel). In: *Viagem à terra do Brasil*. S. Paulo, Martins-Edusp, 1972, p. XX.

45 MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J.C.R. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Paris, Aillaud, Guillard e Cia., 1863, p. 420.

Apesar de frustradas as tentativas de ocupação, uma vez que foram vencidos em 1567, a toponímia assinala a presença francesa na baía de Guanabara, através da *ilha de Villegaignon* que, se não é um topônimo transplantado propriamente dito, tem sua origem ligada à influência estrangeira que então se fez sentir:

“Ocupou-se imediatamente o governador de lançar os alicerces d’uma igreja e d’uma villa, num monte do continente que ficava defronte da *ilha de Villagalhão* (Villegagnon), que ele havia saqueado”. 46 (grifo nosso).

Os cronistas mais antigos também registram essa toponímia. Gabriel Soares de Sousa, no *Capítulo L* de sua obra, intitulado “Em que se declara a entrada do Rio de Janeiro e as ilhas que tem defronte”, esclarece a causa do topônimo:

“(…) e forçada uma delas tem fundo oito até doze braças até a *ilha de Viragalhan* (Villegagnon); e quanto mais forem a oeste, tanto menos fundo acharão depois que passarem a ilha, e para a banda de leste acharão mais fundo em passando a ilha de Viragalhan, *que se chama assim por ser este o nome do capitão francês* (Villegagnon) que esteve com uma fortaleza nesta ilha, que é a que Mem de Sá tomou e arrasou”. 47 (grifo nosso).

Léry, companheiro do almirante francês em sua empreitada calvinista ao Brasil, dá notícias da existência da ilha e do forte aqui construído:

“Ademais, nas extremidades dessa ilha existem dois morros nos quais Villegagnon mandou construir duas casinhas, edificando a sua, em que residiu, no centro da ilha em uma pedra de cinquenta a sessenta pés de altura (...). Entretanto, a não ser a casa situada no rochedo, construída com madeiramento e alguns baluartes para artilharia, revestidos de alvenaria, o resto não passava de casebres de pau tosco e palha construído à moda dos selvagens, que de fato os fizeram. Eis em poucas palavras em que consistia o forte que Villegagnon denominou *Coligny*, pensando ser agradável ao senhor Gaspar de Coligny, almirante de França, sem o apoio do qual, como já disse no início, jamais tivera meios de fazer a viagem nem construir nenhum forte no Brasil”. 48 (grifo nosso).

Muito embora o *Índice dos topônimos* não acuse, atualmente, os acidentes mencionados, os registros históricos comprovam a sua existência, em uma época

46 SAINT-ADOLPHE, *Ibidem*, p. 420.

47 *Ibidem*, p. 44.

48 *Viagem à terra do Brasil*, p. 68.

determinada. Mesmo a carta geográfica reproduzida a fl. 50 da obra de Léry identifica os acidentes, como também aponta um outro topônimo que não permaneceu, *La Briqueterie*. A este respeito, consulte-se novamente o autor:

“Instalamos na praia, ao lado esquerdo do rio Guanabara, num lugar denominado pelos franceses Briqueterie (olaria) e que dista apenas meia légua do fortim”.⁴⁹

“E para que Thévet não possa alegar o contrário, afirmando que seja o lugar da cidade⁵⁰ o sítio denominado Olaria (Briqueterie), no qual os nossos operários construíram algumas choupanas, confesso que nesse ponto existe realmente uma montanha a que os primeiros franceses por ali acomodados, denominaram Mont-Henri, em homenagem a seu soberano, da mesma forma porque em nosso tempo chamamos a outro morro de Mont Corguilleray, em honra ao sobrenome do senhor Felipe de Corguilleray”.⁵¹

Estes dois últimos acidentes orográficos também não permaneceram na toponomástica brasileira, mantendo-se, apenas, a referência histórica.

A *imigração estrangeira* propriamente dita, no Brasil, teve início, com fins sistemáticos, a partir do século XIX, em consequência da abertura dos portos e da concessão de terras a estrangeiros. O processo de entrada das correntes migratórias intensificou-se depois de 1850, com um sistema dirigido de recebimento dessas levas, encaminhadas, de preferência, para a região sul, incluindo-se, nesse roteiro, os Estados de São Paulo e do Espírito Santo. Em ondas sucessivas, aportaram, aqui, açorianos, alemães, suíços, italianos, russos, poloneses, ucranianos e, por último, os japoneses.

Manoel Diêgues Junior arrola as condições geo-sócio-econômicas para a fixação do imigrante nos Estados sulinos: a) existência de terras devolutas, ao invés dos grandes latifúndios do Nordeste, possibilitando a formação de pequenos minifúndios; b) inexistência do sistema escravagista; c) condições climáticas semelhantes às da Europa; d) qualidade das terras possibilitando a agricultura.⁵²

⁴⁹ Lery, *Ibidem*, p. 66.

⁵⁰ Idem, *Ibidem*, p. 69: segundo Léry, Thévet, em 1558, teria feito constar de um mapa onde figuram o rio Guanabara e o forte Coligny, no lado do Continente, uma cidade a que chamou Vile Henri e, em um segundo, Henri Ville, em homenagem ao Rei Henrique II.

⁵¹ Idem, *Ibidem*, p. 70.

⁵² *Regiões culturais do Brasil*. R. de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura, 1960, pp. 343-343.

Das etnias imigradas, as que mais se destacaram, numericamente, e pela contribuição etno-cultural, foram a alemã e a italiana.

Heinrich Bunse situa os atuais municípios gaúchos de Caxias do Sul, São Marcos, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Antonio Prado, Nova Palmira e Veranópolis como integrantes da região que se tornou conhecida sob o nome de "Antiga Colonia Italiana" que, pelas suas "condições topográficas e climáticas, permitiu aos imigrantes italianos a continuação de uma cultura tradicional em sua terra de origem: a vitivinicultura".⁵³

Os primeiros colonos, diz Bunse, chegaram por volta de 1875, com destino às colônias de Conde d'Eu e Dona Izabel, e ao norte de Nova Palmira, ao "núcleo sem denominação, trato inicial da colônia de Caxias (...). Eram três famílias milanesas de Olmate (Monza). Daí a denominação de Nova Milano dada àquele núcleo"⁵⁴ (grifo nosso).

A respeito da procedência regional desses imigrantes, e, conseqüentemente, da toponímia que aí surgiu, como decorrência de sua presença em território brasileiro, confronta-se a seguinte nota explicativa do autor:

"(...) a maior parte dos imigrantes vinha do norte da Itália, predominando o elemento vêneta. E, as levas de imigrantes que aportaram ao Rio Grande do Sul, compunham-se de belunenses, vicentinos, padovanos, trevisanos e feltrinos — todos esses geralmente designados como "vêneta" — de tirolezes, isto é, trentinos, e de bergamascos, cremonenses e milaneses, que são lombardos. As antigas denominações de localidades, hoje abolidas, ainda refletem a procedência de seus fundadores em sua grande maioria: portanto, do norte da Itália, falando, conseqüentemente, os seus dialetos".⁵⁵

As localidades a que o texto se refere são: Nova Vicenza, Nova Trento, Nova Udine, Nova Treviso, Nova Veneza, Nova Milano. Muito embora a afirmação de que essas denominações foram abolidas, o *Índice dos topônimos* ainda registra as seguintes: Nova Milano (AH, RS), Nova Vicenza (AH, SC), Nova Trento (AH, SC), Nova Treviso (AH, RS), Nova Veneza (AH, SP), Novo Treviso (AH, RS).

Mas o principal contingente estrangeiro nos Estados do Rio Grande e de Santa Catarina é representado pelos alemães, cujo núcleo primitivo se localizou, em território gaúcho, no município de São Leopoldo, irradiando-se para o Vale do Itajaí, em Santa Catarina:

⁵³ BUNSE, Heinrich A.W. *Dialetos italianos no Rio Grande do Sul*. Monografia mimeografada. R.G. Sul, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pp. 1/3.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 9 e 10.

⁵⁵ BUNSE, *Ibidem*, p. 15.

“A colonização alemã que se iniciara em 1824 tinha, no decorrer dos anos, alargado sua área primitiva. Alcançou as nascentes do Caí-Santa Cruz e de seus tributários e subiu os primeiros contrafortes da serra em Petrópolis, Santo Inácio da Feliz, Santa Maria da Soledade no Maratá. Mas estagnara antes de escalar a uma muralha áspera da escarpa abrupta que defrontaram em seus últimos lotes. Essa muralha (...) separava desde sempre a Campanha dos Campos de Cima da Serra, e não havia estrada de comunicação”⁵⁶

“Em Santa Catarina, os primeiros núcleos alemães situaram-se no vale do rio Itajaí e do rio Cachoeiro; à margem do Itajaí fundou-se a colônia de Blumenau. O nome originou-se de um médico alemão que, entusiasmado pelas condições da terra, promoveu a imigração de seus patrícios que, a partir de então se foram aí localizando”.⁵⁷

Segundo Diêgues Junior, “grandes e prósperas cidades do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná”, “originaram-se dos primitivos núcleos coloniais e, mais recentemente, do desmembramento dos primeiros focos urbanos”.⁵⁸ Verificar-se-á, porém, que muitos desses núcleos, apesar de sua origem estrangeira, não trazem nomes alemães, tal qual ocorre em Caxias, São Leopoldo, Alfredo Chaves, Farroupilha (todas no Rio Grande) e Itajaí e Tubarão (em Santa Catarina). Outras são de procedência transparente como Novo Hamburgo (RS), Brusque e Joinville (SC).⁵⁹

Em Minas Gerais, cite-se Nova Baden e, no Rio de Janeiro, Nova Friburgo. No mesmo sentido, refere Everaldo Backheuser que os afluentes do rio Piabanha, em Petrópolis, Rio de Janeiro, trazem designações alemãs, como Renânia, Palatinado, Bingen e Mosela.

Da presença de colonos espanhóis no Brasil, resultaram nomes como Nova Galícia (AH, SC), Nova Granada (AH, SP) e Espanha (AH, PA). Dos portugueses, Nova Cintra (AH, RR), Nova Lusitana (AH, SP), isto para não se falar na antiga denominação de Porto Alegre, então Porto dos Casais, em homenagem aos casais açorianos que aí aportaram, para fins de colonização.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁵⁷ DIÊGUES JUNIOR, *Ibidem*, p. 348.

⁵⁸ DIÊGUES JUNIOR, *Ibidem*, p. 350.

⁵⁹ A respeito da origem do nome de Joinville, cf. BRASIL BANDECHI – *Problemas de imigração na região sul*. S. Paulo, Edit. Obelisco, 1967, p. 69 (Cadernos de História, nº 4): A primeira colônia alemã que foi bem sucedida, em Santa Catarina, foi a Dona Francisca, que é a atual e progressista Joinville. Dona Francisca Carolina era princesa brasileira que veio a casar-se com o príncipe Joinville, daí a mudança do nome.

Não apenas no Brasil, mas em qualquer país de imigração, topônimos deslocam-se, portanto, ou acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada "saúde" da terra natal, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado, apenas pelo próprio prestígio, como diz Backheuser, configurando, neste caso, um típico exemplo de "mimetismo toponímico".⁶⁰

Como técnica de denominação, note-se que o nome estrangeiro, fora do seu território, geralmente recebe o acréscimo dos adjetivos novo/nova, para com isso caracterizar a sua implantação em outro local; mas pode ser empregado em um acidente, pura e simplesmente, em autonomia sintagmática, como sucedeu nos cursos d'água acima mencionados.

A respeito do prestígio do nome imigrado sem a presença do grupo, Backheuser diz que essa transplantação ocorre principalmente em países novos, "de crescimento rápido e cheio de esperanças, prognosticando futuro êxito para as cidades nascentes. O principal cadinho de gestação desta categoria toponímica são os Estados Unidos": Paris aparece em Illinois, Texas, Tennessee e Kentucky; Berlim, em Maryland, New Hampshire; Varsóvia, em Nova Iorque e Virgínia; Madri, em Nebraska etc.⁶¹ A microtoponímia da cidade de São Paulo também acusa nomes que lembram antigas cidades européias, havendo mesmo determinados bairros paulistanos que trazem, como um de seus elementos distintivos, essa característica.

George R. Stewart costuma fazer uma separação entre topônimos *transferidos* e topônimos *comemorativos*; estes, pela finalidade subjacente, que se acentua em seu emprego, conferem a um nome já estabelecido uma nova implicação significativa:

"(the term transfers name) refers to a placename that has been "transferred" from an older place to a newer one. Thus Cambridge, England, was transferred to Cambridge, Maryland, and then to Cambridge, Ohio. Transfer name is not, however, synonymous with commemorative names. (...). Moreover many commemoratives, especially those honoring people, are not transfers (...).

"(...) Many others names are also applied to places commemoratively. Returned soldiers have frequently used the names of their victories, and thus Cerro Gordo and other Mexican names were multiplied across the

⁶⁰ BACKHEUSER, Everardo. "Toponímia. Suas regras. Sua evolução". In: *Revista Geográfica*. R. de Janeiro, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, V. IX, X (25), 1952, p. 187.

⁶¹ BACKHEUSER, *Ibidem*, p. 188.

United States. Any famous name whether actual or legendary ou mythological, is likely to be used. Thus in the United States, as the result of our admiration for classical Greece, we have place-names for actual people and places (Lysander, Solon, Athens, Corinth) and also for legendary characters (Hector, Ulysses), for mythological places (Hesperia, Elysian Fields) and for gods (Apollo)".⁶²

Muito embora os reparos do autor, acredita-se que os exemplos por ele arrolados configuram hipóteses da dupla ocorrência (comemoração/transferência); se nem sempre se pode falar em transposição conjunta povo/nome, não se pode ignorar que o prestígio e a difusão cultural dos designativos empregados era suficiente, por si só, para justificar a prática toponímica.

Essas, portanto, em linhas gerais, as principais coordenadas que comandaram, e ainda comandam, as linhas mestras da toponímia do Brasil, desde que os nomes se repetem no tempo e no espaço, como um fenômeno cíclico. Estruturada a partir dos elementos humanos formadores da etnia brasileira, a nomenclatura geográfica do território apresenta-se tão mestiça e heterogênea quanto o próprio povo; em sua gama variada de colorido e constituição lingüística, revela, para o estudioso, muito do passado da terra e da gente que aqui viveu, numa diversidade característica que, apesar de acentuada, não desfigurou, em nada, o sentido nacional comum.

Quadro de Abreviaturas

- AH = Acidente Humano
 r. = rio
 ig. = igarapé

⁶² "A classification of place names". In: *Names*, Berkeley, V. II(1), p. 7, março de 1954.